



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007430-32.2015.8.26.0566/01**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Indenização por Dano Material**
 Exequente: **Jose Orlando Sartorio**
 Executado: **Edneia de Oliveira e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos à execução (fls. 18/27) em que sustentam os embargantes, em síntese, que houve penhora de imóvel em que residem e que constitui bem de família.

As questões preliminares suscitadas pelas partes foram dirimidas a fls. 83/84.

Resta então definir se a constrição impugnada pelos embargantes foi regular ou não.

De início, reputo possível a análise da matéria trazida à colação, não obstante a penhora tenha recaído sobre os direitos que os embargantes possuem em relação ao imóvel descrito a fl. 11.

Isso porque é evidente que a medida em última análise afetará o próprio imóvel, pois a formalização dos eventuais direitos dos embargantes se dará em face do mesmo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Entendimento contrário representaria *venia maxima concessa* a possibilidade às avessas de ultimação de penhora sobre bem cuja natureza poderia não permiti-la.

Assentadas essas premissas, os elementos amealhados atuam em favor dos embargantes.

O documento de fls. 32/64 denota que o imóvel foi objeto de contrato particular de compra e venda mediante alienação fiduciária, figurando a embargante como sua compradora.

Já o documento de fl. 91 reforça a convicção de que a embargante reside no local, o que de resto está consubstanciado na certidão de fl. 15.

Os documentos de fls. 92/97, por fim, denotam a ausência de outros imóveis de titularidade da embargante.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da postulação formulada.

Patenteou-se com segurança que o imóvel em apreço constitui bem de família dos embargantes e em consequência não se poderia cogitar da penhora que o atingisse, mesmo que indiretamente.

A desconstituição da constrição é bem por isso medida que se impõe.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTES** os embargos para desconstituir a penhora de fl. 11.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito.

P.R.I.

São Carlos, 29 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**